



Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

DCELT DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2023



dcelt.com.br

Página 1 de 65

R. Dr. José de Miranda Ramos, 51, Centro,
Xanxerê - SC, 89820-000.
49 3441.6300



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2023

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
RELATORIO DIRETORES – ADMINISTRACAO.....	5
Balancos Patrimoniais	19
Demonstração dos Resultados	21
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	22
Demonstração dos Fluxos de caixa – Método Indireto	23
Demonstração do Valor Adicionado	24
Notas Explicativas	25



dcelt.com.br

Página 2 de 65

R. Dr. José de Miranda Ramos, 51, Centro,
Xanxerê - SC, 89820-000.
49 3441.6300

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A DCELT, com seus 65 anos de trajetória, é um testemunho das profundas transformações no setor de energia. Nestes anos, moldamos a história de nossa área de concessão e tocamos significativamente a vida de nossos consumidores. Preparamo-nos meticulosamente nos últimos dois anos para este novo período, adotando uma abordagem gradual e focada no cliente com o projeto "EMPRESA DE OLHO NO FUTURO, AGINDO NO PRESENTE", iniciado em abril de 2022. Esses investimentos robustos permitiram que a DCELT desenvolvesse um ecossistema diversificado de soluções inovadoras e sustentáveis, atendendo às variadas necessidades de clientes residenciais, comerciais e industriais, em zonas urbanas, rurais e isoladas. Nossa meta é ser a empresa ideal, oferecendo segurança, acessibilidade e confiabilidade.

Em 2023, alcançamos marcos importantes, como a construção do Alimentador Xanxerê – Xaxim, com mais de 20 km, melhorando significativamente a capacidade de manobras em nossa rede. Adicionamos à nossa frota veículos modernamente equipados, que elevaram nossa eficiência operacional, e aprimoramos nosso aplicativo DCELT, permitindo que os consumidores gerenciem quase todas suas demandas digitalmente. No entanto, o ano também apresentou desafios notáveis, marcado por eventos climáticos severos, especialmente entre setembro e dezembro, que exigiram operações em condições extremas. Apesar desses obstáculos, conseguimos atingir as metas de DEC e FEC estabelecidas em nosso contrato de concessão.

O uso de canais digitais para atendimento ao consumidor cresceu significativamente, representando 54% das interações em 2023, um aumento de 180% nos últimos dois anos. Além disso, 15% dos pagamentos são agora realizados via PIX, uma funcionalidade lançada em abril de 2022. Esta melhoria no serviço ao cliente foi reconhecida com o prêmio de melhor desempenho no crescimento do Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) de 2022.

No entanto, continuamos a enfrentar desafios como a alta inadimplência, agravada desde o início da pandemia de COVID-19, e taxas de juros elevadas que prejudicam a pontualidade nos pagamentos. Além disso, a expansão da Minigeração e Microgeração Distribuída (MMGD) tem pressionado nosso fluxo de caixa no curto prazo. Em 2023, consumimos com o mercado cativo 203 MWh de energia, 0,58% acima de 2022, refletindo as dificuldades impostas por distorções no mercado de energia, assim, o crescimento sendo irrisório.

Em dezembro de 2022, efetivamos a emissão de debêntures de infraestrutura incentivada no valor de R\$ 23,638 milhões, com os recursos sendo liberados em fevereiro de 2023 e aplicados conforme planejado. Isso resultou em investimentos de aproximadamente R\$ 14,5 milhões em 2023, refletindo nosso compromisso com a excelência operacional e regulatória. Nossa habilidade em transformar planejamentos em projetos operacionais com agilidade tem sido fundamental para maximizar nossos investimentos.

O lucro líquido alcançado em 2023 foi de R\$ 1,6 milhões, uma redução 261% comparada ao ano anterior, impactada significativamente pelas mudanças climáticas. Nos preparamos intensamente para eventos climáticos severos, e para isso investimos na implementação de planos de contingência, treinamentos de equipes e adquirimos um sofisticado sistema de monitoramento meteorológico.



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Agradeço a toda a equipe da DCELT, cuja dedicação e busca pela excelência foram essenciais para superar as adversidades. Seguimos confiantes em nossa missão de melhorar a qualidade de vida em nossa região e fortalecer nossa posição no setor elétrico. Agradeço também a nossos acionistas, consumidores e parceiros pela confiança contínua.

Leandro Parizotto
Presidente DCELT



dcelt.com.br

Página 4 de 65

R. Dr. José de Miranda Ramos, 51, Centro,
Xanxerê - SC, 89820-000.
49 3441.6300

RELATORIO DIRETORES – ADMINISTRACAO

A Administração da DCELT DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. submete à apreciação as Demonstrações Econômico-Financeiras da companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação societária e demais normas legais acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Esses demonstrativos refletem os atos e operações da empresa, bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. Toda a documentação relativa à prestação de contas se encontra a disposição dos Senhores Acionistas e estamos à disposição de esclarecimentos adicionais.

Este Relatório de Administração tem como objetivo apresentar uma análise da gestão e desempenho da Dcelt, que atua no setor de energia. Através deste documento, serão abordados diversos aspectos relacionados à estratégia empresarial, estrutura organizacional, a gestão de recursos humanos, a capacidade de inovação, a visão estratégica da empresa e resultados financeiros da organização, abordando o desempenho operacional.

Com base nas informações apresentadas neste relatório, espera-se fornecer uma visão abrangente sobre a Companhia e seus resultados, contribuindo para uma melhor compreensão sobre a gestão do setor de energia e os desafios enfrentados pelas empresas do segmento.

PERFIL

A DCELT é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios, Bom Jesus e parte dos municípios de Ipuacú e Cordilheira Alta, todos localizados na região oeste do Estado de Santa Catarina. Para atender a demanda de 40.685 unidades consumidoras em uma área de concessão de 1.252 km², a DCELT conta com 110 colaboradores próprios, dispõem de uma estrutura com 2.387,20 km de redes de distribuição sendo 674,75 Km na área urbana e 1.712,45 na área rural. Com sede em Xanxerê-SC, passou de sociedade limitada para sociedade anônima em 16/09/2022, com capital fechado, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina-JUCESC sob o protocolo 222933291, passando a ter seu NIRE com número 42300058297. Fundada em 20 de março de 1959, contando atualmente com 25 acionistas.

CONTEXTO SETORIAL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela DCELT é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão nº 50/99, que foi elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária. O marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica

O setor de energia é de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social do país, sendo fundamental para o funcionamento de diversos segmentos da economia. Nesse contexto, a Dcelt tem desempenhado um papel crucial ao fornecer energia de qualidade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região onde atua.

AMBIENTE MACROECONOMICO

O ambiente macroeconômico de 2023 teve impactos significativos no setor de energia do Brasil, refletindo tanto as condições globais quanto os desafios e oportunidades específicos do país. Alguns fatores que influenciaram o setor energético brasileiro em 2023:

1. **Economia Brasileira:** A economia do Brasil continuou a se recuperar dos impactos da pandemia de COVID-19, embora com desafios persistentes como inflação alta e taxas de juros elevadas. O crescimento econômico, moderado mas positivo, teve um papel importante no aumento da demanda por energia.
2. **Inflação e Política Monetária:** A inflação elevada levou o Banco Central do Brasil a manter uma política monetária restritiva, com taxas de juros altas para controlar a pressão inflacionária. Isso impactou o custo de financiamento no setor de energia, especialmente para projetos que dependem de empréstimos para infraestrutura.
3. **Investimentos em Energia Renovável:** O Brasil continuou a expandir seu portfólio de energias renováveis, com ênfase em energia solar e eólica. Incentivos governamentais e o compromisso com a sustentabilidade impulsionaram investimentos nesses setores, tornando o Brasil um dos líderes globais em energia renovável.
4. **Transição Energética:** A transição para uma economia de baixo carbono continuou sendo uma prioridade, com o governo e empresas privadas promovendo a eletrificação e a redução da dependência de fontes de energia fósseis. A adoção de veículos elétricos e o aumento da geração distribuída são exemplos de tendências que ganharam força em 2023.
5. **Regulação e Políticas Públicas:** O marco regulatório do setor energético brasileiro passou por revisões, com novas regulações visando melhorar a competitividade e a eficiência do mercado. Políticas voltadas para a expansão da infraestrutura energética e para o incentivo de fontes limpas de energia foram aspectos chave.
6. **Cenário Internacional:** A volatilidade dos preços internacionais do petróleo e do gás também afetou o Brasil, influenciando desde a política de preços de combustíveis até os custos de produção energética. Além disso, a crise energética global reforçou a importância da diversificação das fontes de energia.
7. **Impactos Climáticos:** O setor energético também teve que lidar com os efeitos das mudanças climáticas, que influenciam tanto a demanda quanto a oferta de energia. Eventos climáticos extremos, como secas e chuvas intensas, tiveram impactos diretos na geração hidrelétrica e nas infraestruturas energéticas.
8. **Desenvolvimento Tecnológico:** A implementação de tecnologias avançadas, como inteligência artificial e IoT (Internet das Coisas), no gerenciamento e na distribuição de energia elétrica, ganhou destaque, melhorando a eficiência e a segurança dos sistemas energéticos.

Esses fatores moldaram o setor de energia no Brasil em 2023, criando um cenário de desafios e oportunidades que continuará a evoluir nos próximos anos. A capacidade do Brasil de integrar essas dinâmicas em uma estratégia sustentável e inclusiva será crucial para o futuro do setor energético no país.

Liberalização do Mercado de Energia

Os estudos sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para os consumidores com carga inferior a 500 kW, incluindo o comercializador regulado de energia e proposta de cronograma de abertura iniciando em 1º de janeiro de 2024 estão sendo efetivados para impacto no mercado da DCELT.

A PORTARIA NORMATIVA Nº 50/GM/MME, DE 27 DE SETEMBRO DE 2022, prevê que a partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, nos termos da regulamentação vigente, poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional, afetando diretamente o balanço energético e a receita operacional.

AMBIENTE REGULATORIO

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São revistos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis Parcela A e os custos gerenciáveis, deduzido o Fator X, conforme PRORET módulo 3, submódulo 3.1. A cada cinco anos realiza-se a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio do capital (WACC) aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária. O quinto ciclo de revisão tarifária periódica da DCELT ocorreu em 28 de agosto de 2021, sendo que a próxima ocorrerá em 28 de agosto de 2026, denominado de sexto ciclo de revisão tarifária periódica (6CRTP). As metodologias aplicáveis a quinta revisão tarifária periódica das concessionárias é definida nos Módulos 2 e 7 do PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária) que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas e disponíveis na página da ANEEL

Reajuste Tarifário de 2023

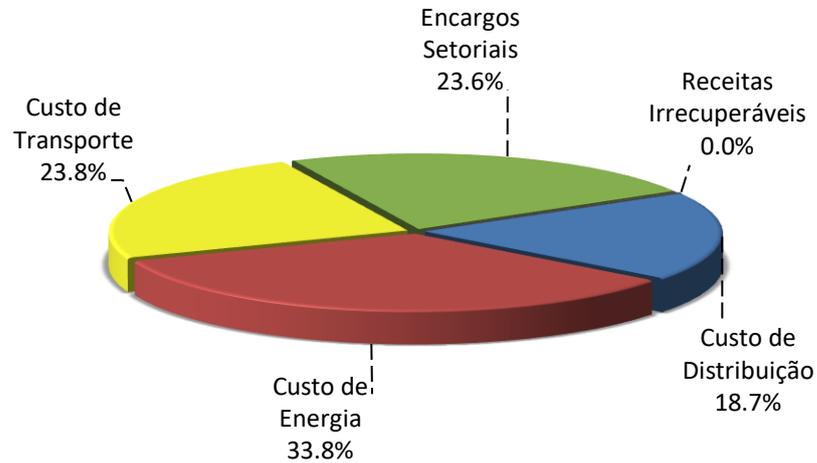
Em 29 de agosto de 2023, através da Resolução Homologatória nº 3.245 de 22/08/2023 a ANEEL homologou as tarifas de fornecimento de energia elétrica da DCELT. O Reajuste Tarifário de 2023 da DCELT conduziu a um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 1,18%, sendo de -5,44%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,87%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. O efeito médio nas tarifas de 1,18% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculados conforme estabelecido no contrato de concessão, para formação da Receita Requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário, que vigoraram até a data do reajuste em processamento, e (iv) da aplicação da Lei nº 14.299 de 05 de janeiro de 2022.

O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito e julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS contribuiu para a redução do efeito médio para o consumidor.

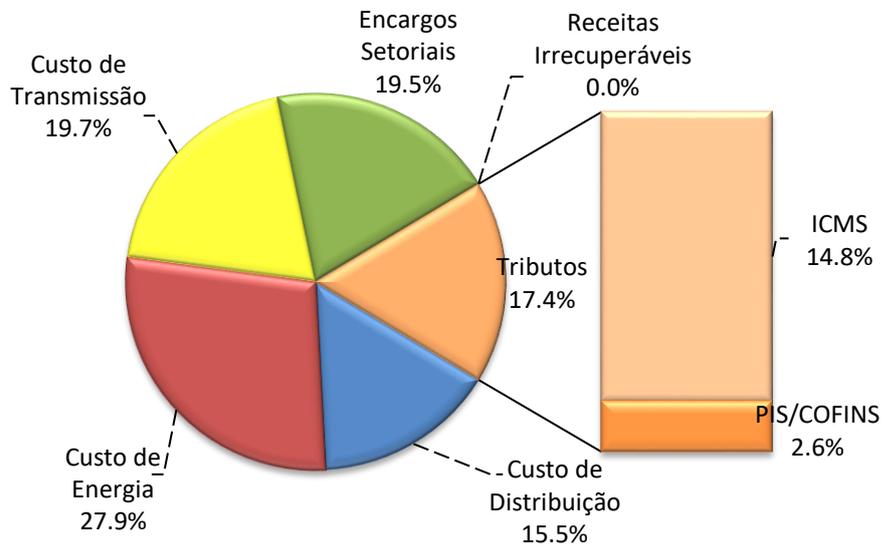
As novas tarifas entraram em vigor em 29 de agosto de 2023 e são fixadas e publicadas pela ANEEL, sendo acrescida na aplicação pelos PIS, COFINS e ICMS.

Composição da Tarifa de Energia

Abaixo demonstramos a participação dos itens das Parcelas A e B na composição da Receita Anual da concessionária para o ciclo 2023/2024.



A seguir ilustramos a participação de cada segmento na composição da receita da distribuidora com os tributos destacados separadamente, e podemos perceber que o percentual destinado a Distribuidora líquido de imposto é de 15,50%.



DIRETRIZES

A DCELT tem como diretrizes básicas:

- Aprimorar a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica de maneira universal com a qualidade exigida pela regulação e requerida pelo mercado.
- Promover e incentivar o desenvolvimento e o progresso de empresas e dos municípios de sua área de concessão.
- Fomentar a constante valorização dos recursos humanos.
- Capacitação para enfrentar as dificuldades provenientes do momento de profundas transformações na forma de consumir energia com a perspectiva de abertura total do mercado nos próximos anos
- Participar ativamente da sociedade, incentivando melhores práticas, preservando o meio ambiente, fazendo o uso consciente da energia e dos recursos naturais, promovendo praticas inclusivas, praticando a caridade junto a entidades assistenciais e incentivando a pratica de esportes.

DCELT EM NÚMEROS

Sistema Interligado

A DCELT recebe a energia elétrica gerada pelo sistema interligado, estando conectada eletricamente aos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, formando a Região Sul. No Estado de Santa Catarina o município de Xanxerê é privilegiado, pois é onde se localiza um dos mais fortes pontos de conexão entre o sistema de distribuição com o sistema de transmissão interligado. A maior parte da energia elétrica fornecida para a região Oeste de Santa Catarina é transmitida a partir de Xanxerê.

Distribuição, Linhas e Redes:

A posição no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em 2023 segue abaixo:

DESCRIÇÃO	ÁREA URBANA	ÁREA RURAL	TOTAL
Postes (n.)	15.456	17.825	33.281
Extensão RD (Km)	708	1.738	2.446
Trafos (Potência) Kva	82.292	67.768	145.060
Quantidade de Trafos (n.)	940	2.510	3.450

Equipamentos de Rede

No ano de 2023 foram efetivados muitos investimentos, mas vale destacar as instalações abaixo:

- a) Instalados 10 religadores, totalizando 43 religadores instalados na rede, o que proporciona a melhoria na qualidade do serviço e nos índices de continuidade, agilizando o monitoramento da rede e agilizando a retomada de forma automatizada na maioria das situações de quedas de energia instantâneas;
- b) Crescimento de 58.730 metros em cabos instalados;

- c) Instalados 303 transformadores de distribuição;
- d) Instalados 1.501 postes;
- e) Instalados 2.529 medidores;
- f) Instalados 7 painéis de medição;
- g) Instalados 5 reguladores de tensão.

Estes equipamentos proporcionarão manter o sistema elétrico da DCELT com excelência na qualidade técnica e, enfrentar o crescimento social e econômico atendendo a todas as exigências que mercado de energia elétrica espera na área de concessão da DCELT.

Qualidade do Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia elétrica pode ser avaliada através dos indicadores de continuidade do fornecimento DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora), FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora), o índice TMA (tempo Médio de Atendimento de Ocorrências) e o índice DGC (desempenho Global de Continuidade).

Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição – PRODIST que além da metodologia de cálculo determina os limites padrões de continuidade. A evolução destes desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

<u>Indicadores</u>	<u>ANEEL</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
DEC	10,00	9,87	10,91	10,00	6,34	7,50
FEC	7,00	6,41	7,14	6,89	5,26	5,53
TMA		184,77	115,51	154,67	142,69	95,96
DGC		0,95	0,94	0,88	0,55	0,62

*o aumento significativo do TMA em 2023 decorre dos eventos climáticos significativamente aos anos anteriores.

Atendimento ao Consumidor

O APP DCELT foi desenvolvido com a intenção de tornar o atendimento ao consumidor mais eficiente, rápido e fácil, independentemente da experiência tecnológica. Com sua interface intuitiva e funcionalidades avançadas, o aplicativo melhorou significativamente a experiência do consumidor com necessidades como: aviso de falta de energia, consultar histórico de fatura, efetivar pagamento da fatura por pix, desligamentos programados, segunda via de fatura, solicitar conta digital, e solicitar uma ligação nova, sendo tudo isso uma busca constante da DCELT em proporcionar aos consumidores rapidez, praticidade e comodidade no atendimento.

Desde o lançamento ate o fechamento de dezembro de 2023 temos 16.000 usuarios utilizando o mesmo, pois o mesmo permite que os usuários entrem em contato com a equipe de atendimento ao consumidor de forma rápida e fácil, dando acesso direto ao site, instagram, facebook, e-mail ou telefone, conforme tabela abaixo o aplicativo proporcionou 73.082 atendimentos em 2023.

E importante tambem ratificar que o site da DCELT esta em constante evolução, onde constam todas as regulacoes necessarias para os consumidores efetivarem suas obras e demandas com mais informacoes. Alem

disso temos no site a AGENCIA VIRTUAL que oferece além das funcionalidades já citadas do APP DCELT, também todos os serviços disponíveis pela DCELT que em 2023 proporcionou 65.800 atendimentos.

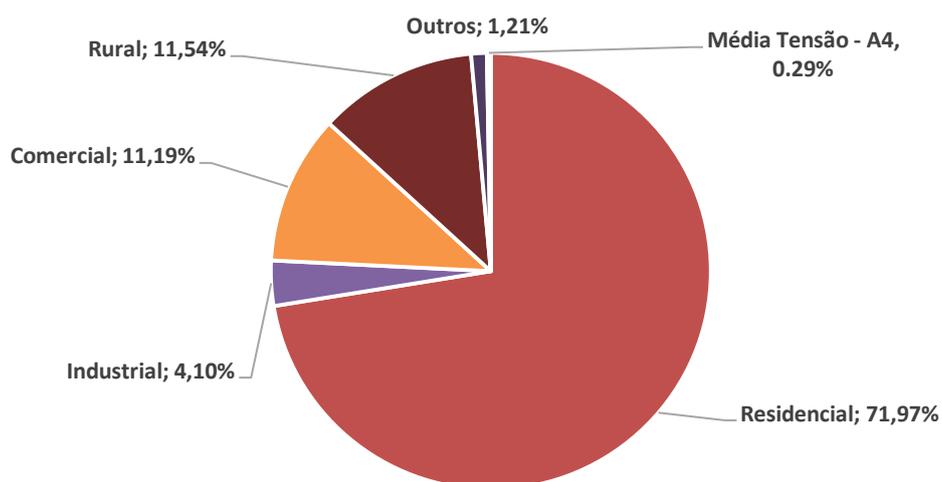
O Centro de Teletendimento - CTA, da **DCELT**, proporcionou atendimento ao consumidor durante as 24 horas do dia, para o consumidor que prefere atendimento telefônico com 43.386 registros.

Todos os nossos canais estão disponíveis para informações, reclamações e serviços e para o ano de 2023 os protocolos registrados por canal de atendimento foram:

ATENDIMENTO CONSUMIDOR	QUANTIDADE
APP DCELT	73.082
CTA (Teletendimento)	43.386
Agência virtual	65.800
Chatbot + Email	21.136
Agências físicas	92.745
TOTAL	296.149

Número de Consumidores Conectados

Encerramos o ano com 40.685 unidades consumidoras conectadas ao sistema de distribuição da DCELT, divididas por classes de consumo, como podemos observar no gráfico abaixo.



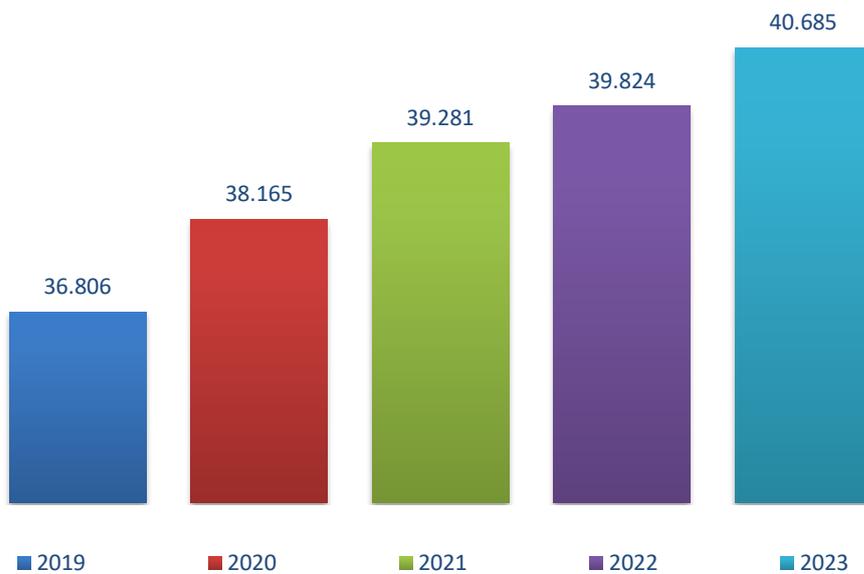
No gráfico abaixo observa-se o crescimento ao longo dos anos e nota-se a variação de 1,02% de 2022 para 2023. O número de consumidores abaixo são o total de consumidores conectados no último dia de cada ano demonstrado.



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

N. DE CONSUMIDORES CONECTADOS



Foram atendidos em ligações novas durante o ano de 2023 o número de 1.440 consumidores. Foram efetuados 955 desligamentos, totalizando no final do ano 40.685 Unidades Consumidoras conectadas, com isso registrando um crescimento líquido de 861 unidade consumidoras.

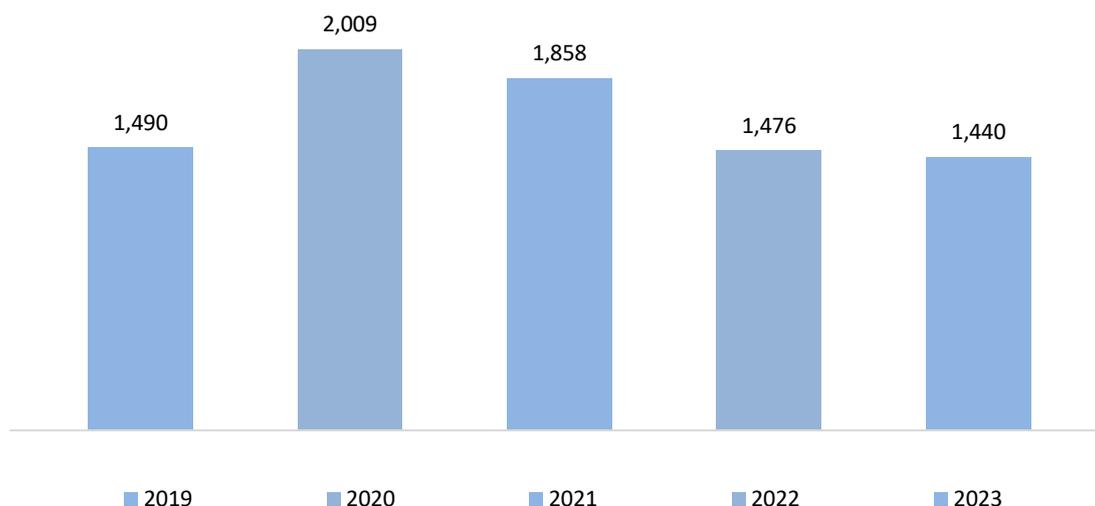
Quantidade	Tipo de Serviço
1.440	Ligações Novas
376	Religações de UCs Existentes
(955)	Desligamentos
861	Crescimento Líquido

No gráfico abaixo podemos acompanhar o crescimento das ligações novas, o líquido das ligações menos os desligamentos.



dcelt.com.br

LIGAÇÕES NOVAS



Balanco Energético (MWh)

O balanço energético abaixo reflete o nível de energia adquirida para o atendimento do mercado de consumo de energia elétrica em 2023. A DCELT encerrou 2023 com um volume de energia total distribuída acumulada de 260.666 GWh, redução de 1,50% em relação a 2022, apesar de todas as adversidades enfrentadas o mercado se manteve estável. Vale ressaltar o crescimento de 27,46% da Mini e Microgeração (Geração Distribuída – GD) que é o que tem provocado grande impacto no mercado e no faturamento.

Balanco Energético – MWh	2023	2022	2023/2022
Contrato Bilateral	127.550	124.419	2,52%
Itaipu	39.484	42.829	-7,81%
Proinfa	4.263	4.408	-3,29%
Angra	7.604	8.000	-4,95%
Cotas	45.076	56.185	-19,77%
Microgeração	36.689	28.784	27,46%
Total Energia Requerida Bruta	260.666	264.625	-1,50%
Energia vendida mercado cativo faturado	202.952	201.779	0,58%
MCP	28.487	30.530	-6,69%
Perdas Técnicas e Não Técnicas e Transmissão (compras)	29.227	32.316	-9,56%
Total de Energia (Mercado)	260.666	264.625	-1,50%

Mercado de Energia Distribuidora e Vendida

O consumo total de energia elétrica na área de atuação da DCELT no ano 2023 foi de 202.952 MWh no mercado cativo, um crescimento de 0,58% comparado a energia vendida de 2022. No quadro a seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Mercado Cativo	2023	2022	2023/2022
Residencial	74.802	71.433	4,72%
Industrial	22.740	28.547	2,09%
Comercial	43.813	42.841	-20,13%
Rural	40.411	39.312	2,80%
Poder Público	5.383	5.085	5,86%
Iluminação Pública	10.668	9.698	10,00%
Serviço Público	5.063	4.788	5,74%
Consumo Próprio	72	75	-4,00%
TOTAL	202.952	201.779	0,58%
LIVRE - Distribuída	134.632	107.183	25,61%
TOTAL CATIVO + LIVRE	337.584	308.962	9,26%

Percentualmente percebemos que o mercado residencial permanece próximo aos 35% nos últimos 2 anos, assim como o Industrial e Comercial em 11% e 21% respectivamente, sendo que o Industrial é o que mais tem impacto pela migração para o Mercado Livre.

Mercado Cativo - MWh	2023	2022
Residencial	36,86%	35,40%
Industrial	11,20%	14,15%
Comercial	21,59%	21,23%
Rural	19,91%	19,48%
Poder Público	2,65%	2,52%
Iluminação Pública	5,26%	4,81%
Serviço Público	2,49%	2,37%
Consumo Próprio	0,04%	0,04%
TOTAL	100%	100%

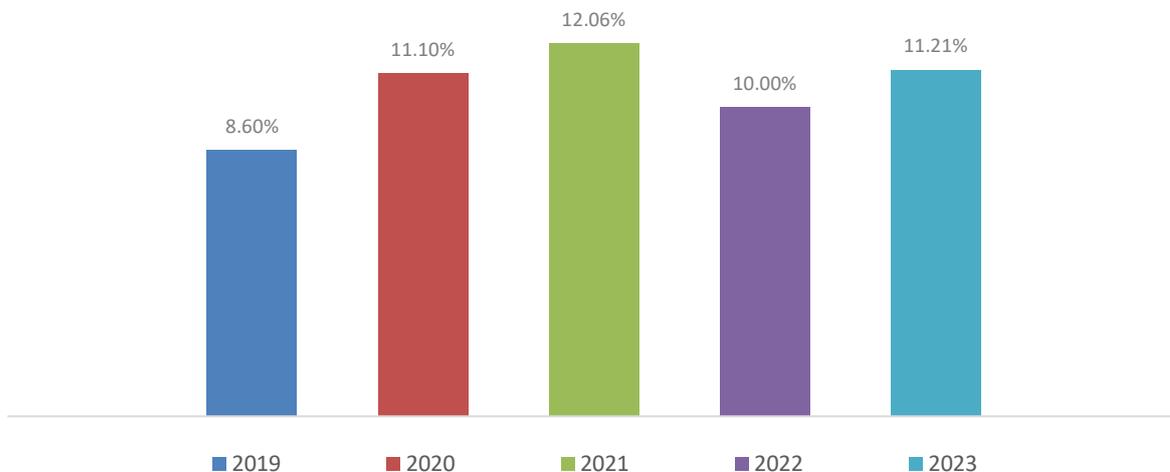
Perdas

A redução deste item é uma busca constante da DCELT, através de investimento na modernização de seus equipamentos e fiscalização nas fraudes.

Em 2023 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas como realização de mais inspeções, substituição de medidores obsoletos e/ou com possível defeito, levantamento e Fiscalização da Iluminação Pública.

As perdas de energia elétrica são definidas pela diferença entre a energia requerida e a energia fornecida pela distribuidora, conforme RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 956, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021 - Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional –PRODIST - Módulo 1, demonstrando que permanece estável conforme abaixo.

PERDAS TOTAIS



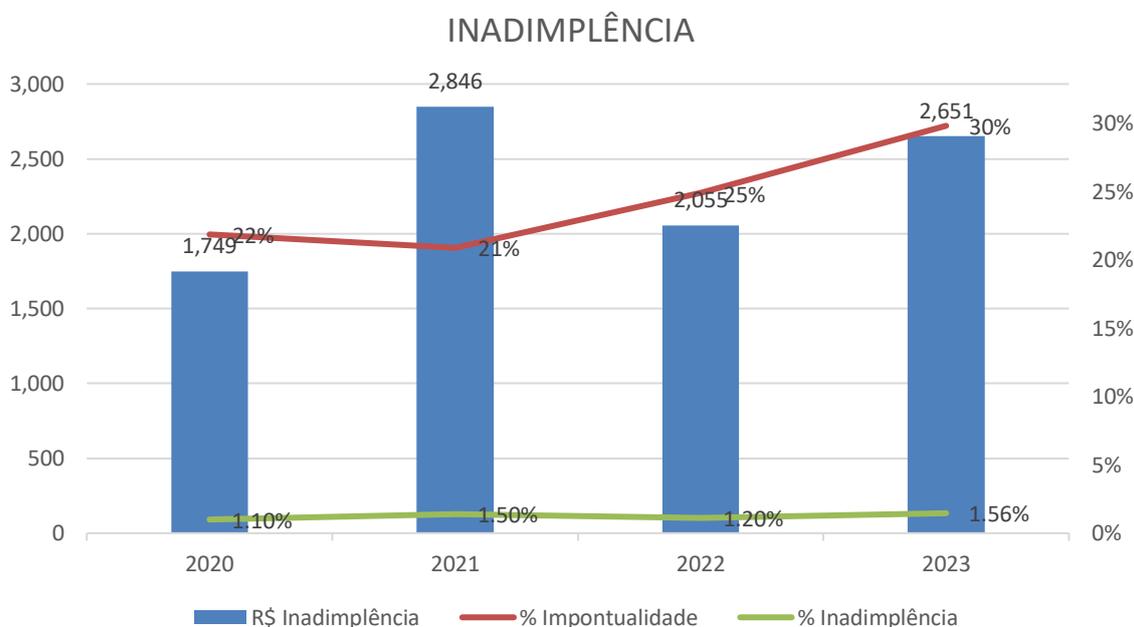
Inadimplência

O índice de arrecadação é impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia. O gráfico abaixo, em milhares, retrata o índice que é a razão entre a arrecadação dos últimos 12 meses sobre contas vencidas sobre o faturamento 12 meses da DCELT.



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica



Investimentos no Sistema Elétrico

No ano de 2023, a DCELT executou as obras atendendo as solicitações do mercado bem como os trabalhos de manutenção preventiva do sistema elétrico, entretanto executou também o início de diversos investimentos principalmente na REDE DE DISTRIBUIÇÃO que terão melhorias significativas para o ano de 2024 em diante.

INVESTIMENTO	2023	2022
Linhas e Redes	11.781.580	12.872.776
Medidores	661.923	587.854
Tecnologia/Informação/Comunicação	125.016	68.632
Painéis de Medição	184.578	51.047
Outros	1.944.721	650.857
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	14.697.818	14.231.166

O crescimento novamente significativo do ano de 2023 é identificado no gráfico abaixo onde percebe-se a variação de 3,28% em relação a 2022 e 194,31% em relação a 2019.



dcelt.com.br

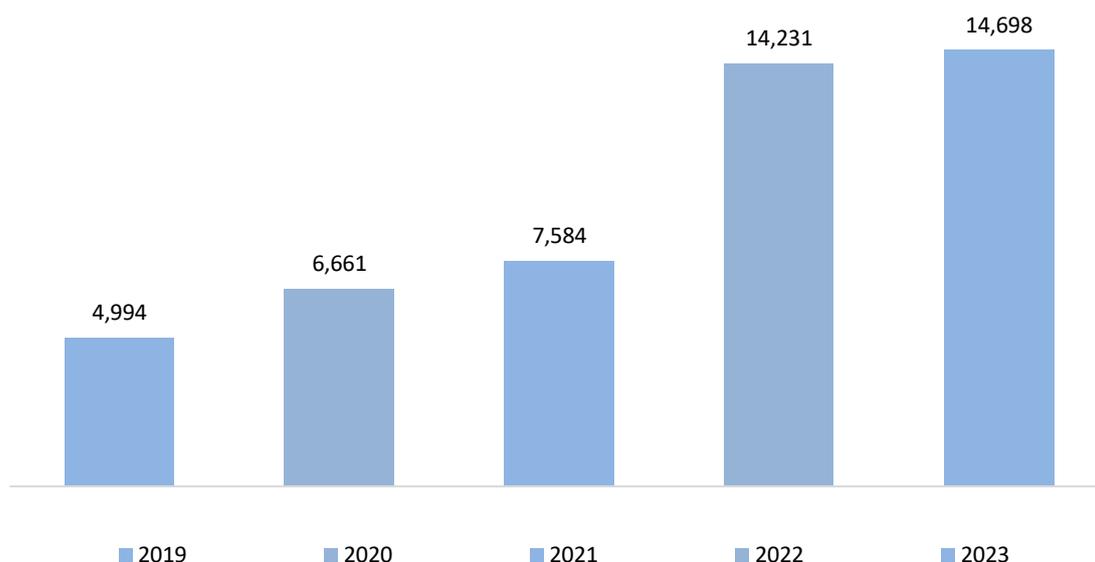
R. Dr. José de Miranda Ramos, 51, Centro,
Xanxerê - SC, 89820-000.
49 3441.6300



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

INVESTIMENTOS R\$MIL



Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 2.715 mil, em 2022 foi de R\$ 4.694 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 126.131 mil, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 122.403 mil. Apesar da redução da ROL, os custos e despesas operacionais totalizaram em 2023 R\$ 119.520 mil, contra R\$ 112.410 de 2022, apresentando um aumento de 6,08%. A variação apresentada nos custos operacionais é referente ao aumento na compra e transporte de energia, custos estes que representaram 79,56% dos custos totais e que variaram no período com aumento de 6,33%.

	2023	2022
Receita operacional líquida	126.131	122.403
Custos/Despesas Operacionais	(118.966)	(112.410)
RO antes do resultado financeiro	7.165	9.993
Resultado Financeiro	(3.299)	(1.761)
Resultado antes do IR e CSLL	3.865	8.232
IR - CSLL	(1.150)	(3.538)
Lucro líquido do exercício	2.715	4.694
N. ações	25.966	25.966
R\$ / ações	0,10455	0,18077



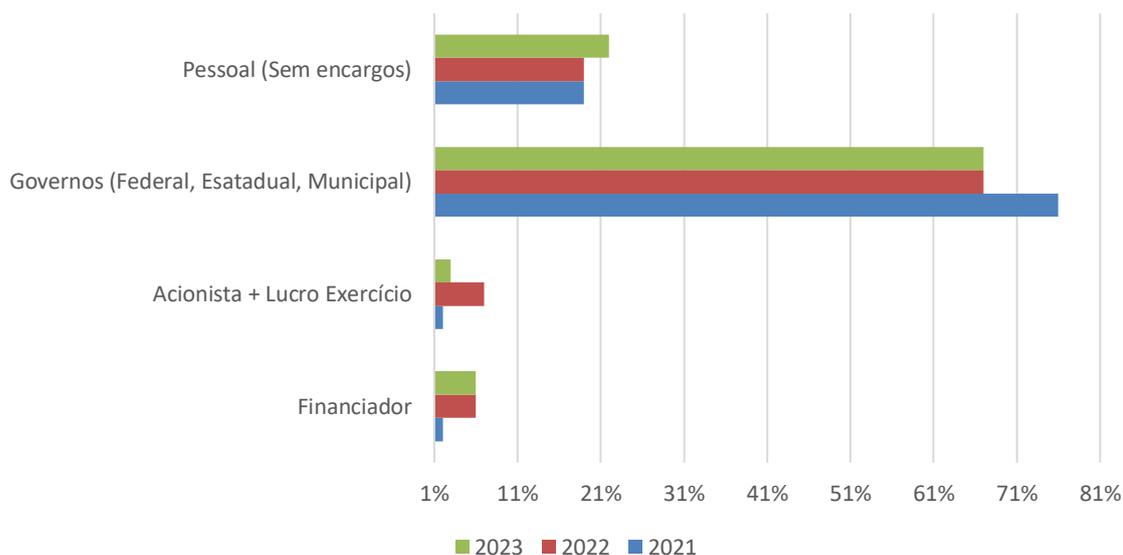
dcelt.com.br

R. Dr. José de Miranda Ramos, 51, Centro,
Xanxerê - SC, 89820-000.
49 3441.6300

Valor Adicionado

Em 2023, o valor adicionado líquido produzido como riqueza pela Companhia foi de R\$ 68 milhões, representando 40,27% da Receita Operacional Bruta, já em 2022 foi de R\$ 68 milhões, e representava 41,93%. Apresentamos a seguir a distribuição do valor adicionado (DVA):

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO



Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com a legislação setorial a DCELT destina 1% da sua receita líquida operacional (ROL), para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte para melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

Formação Profissional

Apesar dos desafios enfrentados ao longo de 2023, a DCELT demonstrou uma notável resiliência, investindo consideravelmente na capacitação profissional. A oferta de cursos técnicos, como o de eletrotécnica, reflete o compromisso da empresa em promover o aprimoramento contínuo das habilidades de seus colaboradores. Essa formação visa não apenas fortalecer o desenvolvimento individual, mas também impulsionar a excelência técnica e a inovação dentro da organização.

Serviços de Auditoria Independente

A DCELT conta com os serviços de auditoria externa da TATICCA Auditores Independentes S.S., para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Prezamos pela independência profissional dos auditores na contratação de seus serviços, portanto, no exercício de 2023 não contratamos junto aos Auditores Independentes qualquer serviço de consultoria de forma a assegurar que não ocorra possibilidade de conflito de interesse.

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa equivalentes de caixa	4	12.293	926
Consumidores e clientes	5	21.490	18.422
Impostos e contribuições a recuperar	10	10.260	211
Estoque		1.098	1.473
Serviços pedidos em curso	7	38	21
Adiantamentos a fornecedores		456	22
Exposição involuntária	8	2.014	1.097
Ativos Financeiros Setoriais	29	-	29.461
Investimentos temporários		107	105
Outros créditos a receber	9	149	911
		47.905	52.649
Não circulante			
Consumidores e clientes	5	9.921	7.581
Depósitos judiciais	18	40.986	38.164
Impostos e contribuições a recuperar	10	53	16
Imposto de renda e contr. social diferidos	25	1.768	2.042
Ativos Financeiros Setoriais	29	-	5.814
Imobilizado	11	88.134	78.250
Intangível	11	390	2
Outros créditos a receber	9	9	-
		141.261	132.059
Total do ativo		189.166	184.708

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	13.898	14.478
Empréstimos e financiamentos	14	1.794	5.934
Obrigações Trabalhistas	17	2.851	2.788
Impostos e contribuições a recolher	15	4.118	7.483
Dividendos e JSCP		132	126
Encargos do Consumidor	16	6.205	6.353
Passivos financeiros setoriais	29	6.474	21.490
Outras contas a pagar	19	792	1.474
		36.264	60.126
Não circulante			
Fornecedores	13	40.973	38.159
Empréstimos e financiamentos	14	23.847	26
Provisão processos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	2.783	3.578
Passivos financeiros setoriais	29	2.209	8.319
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	3.947	3.339
Obrigações Vinculadas a Conc. e Perm.S.P.En.Elét.	20	44.527	41.594
Outras contas a pagar	19	9.936	7.603
		128.222	102.618
Patrimônio líquido			
Capital Social	21	6.388	6.388
Reservas de lucros		457	457
Reserva de avaliação patrimonial		9.104	9.104
Lucros (prejuízos) acumulados		8.731	6.016
		24.680	21.965
Total do passivo		189.166	184.708

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Demonstração dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	22	126.131	122.403
Custos/Despesas Operacionais			
Energia elétrica comprada para revenda	23	(57.314)	(47.765)
Encargo uso sistema transm./distribuição	23	(40.941)	(40.548)
Pessoal	23	(14.703)	(13.320)
Material	23	(1.756)	(1.741)
Serviços de terceiros	23	(3.806)	(3.383)
Depreciação e amortização	23	(1.761)	(1.515)
Arrendamentos e aluguéis	23	(875)	(736)
Outros	23	(1.810)	(3.402)
		(118.966)	(112.410)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		7.165	9.993
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	24	(5.432)	(3.885)
Receitas financeiras	24	2.132	2.124
		(3.300)	(1.761)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		3.865	8.232
Imposto de renda e contr. social - corrente	25	(268)	(23)
Imposto de renda e contr. social - diferido	25	(882)	(3.515)
		(1.150)	(3.538)
Lucro líquido do exercício		2.715	4.694

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

ITENS	Capital social	Reservas de lucros	Reserva de Reav. Patrimonial	Recursos Dest. Aum. Capit.	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Pat. Líquido
31/12/2021	6.388	457	9.104	-	1.322	17.271
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.694	4.694
31/12/2022	6.388	457	9.104	-	6.016	21.965
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.715	2.715
31/12/2023	6.388	457	9.104	-	8.731	24.680

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Demonstração dos Fluxos de caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	2.715	4.694
AJUSTE ITENS S/DESEMBOLSO DE CAIXA	1.761	1.515
Amortizações Imobilizado/Intangível	1.761	1.515
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) AJUSTADO (1)	4.476	6.209
AUMENTO OU REDUÇÃO DO ATIVO (2)	(8.635)	(12.311)
Aplicações Financeiras	(2)	(105)
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES LÍQUIDO	(5.181)	(1.251)
Contas a Receber de Clientes	(5.181)	(1.251)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(10.086)	31
Estoques	375	608
Serviços pedidos em curso	(18)	43
Adiantamentos a Fornecedores	(434)	(70)
Exposição involuntária	(885)	544
Alienação de Bens e Direitos	-	308
Outros créditos a receber	321	(700)
Ativos Financeiros Setoriais	21.666	2.770
Depósitos judiciais	(2.823)	(2.613)
Imposto de Renda e contr. Social Diferidos	275	176
Atividades de Investimentos	(11.842)	(11.276)
Aquisições de Bens e Direitos	(14.698)	(14.231)
Baixa de Bens e Direitos	2.855	2.955
AUMENTO (REDUÇÃO) NO PASSIVO (3)	15.526	(1.550)
Fornecedores	2.234	1.839
Folha de Pagamento	240	113
Impostos e Contribuições a Recolher	(3.365)	(11.224)
Obrigações Estimadas	(177)	(248)
Encargos do Consumidor	(148)	(3.185)
Passivos Financeiros Setoriais	(7.343)	(6.654)
Outras Contas a Pagar	1.652	6.685
Provisão para Processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(795)	(610)

Dividendos (*)	4	6
Juros s/Capital Próprio (*)	2	3
Tributos Diferidos	607	3.339
OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	2.933	2.869
Obrigações Especiais	5.388	5.146
Amortização das obrigações Especiais	(2.454)	(2.277)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	19.681	5.516
Ingresso (Amortização) Empréstimos e Financiamentos	19.681	5.507
Atualizações monetárias S/Empréstimos	1.080	9
Fluxo de Caixa (consumido)/Originado Atividades Operacional (1+2+3)	11.367	7.652
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo de Caixa no início do Exercício	926	8.578
Saldo de Caixa no final do Exercício	12.293	926
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA	11.367	7.652

(*) A variação destes itens refere-se à atualização monetária.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto onde indicado outra forma)

1. Contexto Operacional

A DCELT Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, fundada em 29 de março de 1959, com sede em Xanxerê-SC, concessionária do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica autorizada a operar nos municípios Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios e Bom Jesus, e parte dos Municípios de Cordilheira Alta e Ipuacú todos na região oeste do Estado de Santa Catarina. Conforme Portaria n. 197, de 22 de junho de 1999 do Ministério de Minas e Energia, Resolução ANEEL 88/1999 e Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 050/1999-ANEEL sua atividade é a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, na área de que é titular. (CNAE: 35.14-0-00).

A Companhia possui acionistas controladores, entre eles, a Netherinvest Participações Ltda., empresa com sede em São Paulo no Estado de São Paulo que tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente no setor de energia elétrica e outros setores.

2. Base de apresentação

Na data de 16/09/2022, através de Assembleia Geral Extraordinária de sócios, foi deliberado a transformação do tipo jurídico da Sociedade de Empresária Limitada para Sociedade por Ações de Capital Fechado, com aprovação do Estatuto Social, conforme arquivamento nº 42300058297 na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis regulatórias auditadas estarão disponíveis no site www.dcelt.com.br a partir de 30 de abril de 2024.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

As Demonstrações Contábeis Financeiras Regulatórias foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2024.

2.2. Moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas ao menos no encerramento de cada exercício. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3. Principais Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Contrato de concessão

O ICPC 01 - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações contábeis: a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócios da Companhia. A Administração da Companhia julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. (Conforme demonstrado na nota 22).

3.2. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamentos Técnicos CPC47 – Contratos com Clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas quando houver necessidade. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

3.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.4. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, as quais são prontamente conversíveis em caixa, sujeitos a um risco mínimo de valor, estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.8. Consumidores e clientes

Engloba o fornecimento de energia faturada e da energia não faturada (está por estimativa) referente a dezembro de 2023, contabilizado com base no regime de competência. Inclui ainda: a) os impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia; b) serviços prestados, acréscimos moratórios e outros; c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada em valor considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir as perdas na realização das contas a receber, e considera ainda, as disposições contidas na Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. (nota 5).

3.9. Almoarifado Operacional

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo imobilizado e valorizados pelo custo médio de aquisição.

3.10. Demais ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

3.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.12. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.13. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de

energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

A Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em Outras Contas a Receber e/ou a Pagar, em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado.

3.14. Demonstração dos Resultados Abrangentes

Nestas Demonstrações Contábeis Regulatórias, a DCELT Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica S.A., não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

3.15. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

4. Caixa e equivalentes de caixa

CONTAS	2023	2022
Contas Bancárias a Vista	6.209	609
Numerário em Trânsito	24	2
Aplicações	6.060	315
TOTAL	12.293	926

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2023	2022
Santander	CDB DI DIG PJ	04/12/2026	Pós 100% CDI	6.060	315

5. Consumidores e Clientes

	2023	2022
CONTAS CIRCULANTE		
Contas a receber de consumidores faturada	11.496	10.630
Contas a receber de consumidores não faturado	3.441	2.886
Contas a receber de consumidores diferença tarifa	1.000	2.241
EUSD – Consumidores Livres	2.418	2.596
Energia Elétrica de Curto Prazo – MCP	2.819	-
Outras	359	298
	21.533	18.651
Perdas Estimadas p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(663)	(622)
Rendas a receber	620	393
Total de conta a receber de clientes	21.490	18.422
CONTAS NÃO CIRCULANTE		
Consumidores e Clientes	9.921	7.581
Total de contas a receber de clientes	31.411	26.003

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Na rubrica “Contas a receber de consumidores diferença tarifa”, o valor de R\$ 1.000 se refere a ação de cobrança de diferença de tarifa conforme Processo Nº 080.05.001460-9/0001174-91.2019.8.24.0080, já transitado/julgado, aguardando somente o cálculo para cumprimento de sentença com penhora de bens, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25.

O valor referente ao total de R\$ 9.921 em Consumidores e Clientes no Ativo Não Circulante refere-se a contas a receber de consumo – Microgeração e Minigeração.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de atualização monetária pelo IGP-M, juros de 1% pro rata dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma por idade de vencimento:



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Classe do consumidor	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Total 2023
Residencial	3.639	1.101	358	5.098
Industrial	970	149	60	1.179
Comércio, Serv. e Outras Atividades	1.866	336	80	2.282
Rural	1.434	350	201	1.985
Poder Público	347	3	4	354
Iluminação Pública	327	-	-	327
Serviço Público	271	-	-	271
Subtotal	8.854	1.939	703	11.496
Fornecimento não faturado	3.441	-	-	3.441
Encargo Uso da Rede Elétrica	5.237	-	-	5.237
Serviço Taxado	-	42	14	56
Contas a receber de consumidores diferença tarifa	1.000	-	-	1.000
Consumidores – Microgeração	9.921	-	-	9.921
Outras	133	110	17	260
TOTAL	28.586	2.091	734	31.411

Classe do consumidor	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Total 2022
Residencial	3.312	796	283	4.391
Industrial	1.190	142	157	1.489
Comércio, Serv. e Outras Atividades	1.814	191	56	2.061
Rural	1.419	256	169	1.844
Poder Público	315	6	1	322
Iluminação Pública	274	-	-	274
Serviço Público	249	-	-	249
Subtotal	8.573	1.391	666	10.630
Fornecimento não faturado	2.886	-	-	2.886
Encargo Uso da Rede Elétrica	2.596	-	-	2.596
Serviço Taxado	-	73	10	83
Outras	9.689	97	22	9.808
TOTAL	23.744	1.561	698	26.003



dcelt.com.br

R. Dr. José de Miranda Ramos, 51, Centro,
Xanxerê - SC, 89820-000.
49 3441.6300

6. Provisão para Perdas Esperadas (PELCD)

É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

	2022	Provisões Adições	(Reversão)	2023
Contas a receber de consumidores faturados	622	8.059	(8.018)	663
Total circulante	622	8.059	(8.018)	663

	2021	Provisões Adições	(Reversão)	2022
Contas a receber de consumidores faturados	525	7.471	(7.374)	622
Total circulante	525	7.471	(7.374)	622

	2023			2022		
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber líquidos
Fornecimento de energia	14.937	(631)	14.306	13.516	(594)	12.922
Comercialização energia-CCEE	-	-	-	-	-	-
Disponibilidade rede elétrica	1.713	-	1.713	2.596	-	2.596
Outros recebíveis	5.503	(32)	5.471	2.932	(28)	2.904
Total	22.153	(663)	21.490	19.044	(622)	18.422
Ativo circulante			21.490			18.422
Energia de Micro e Minigeração a faturar*	9.921	-	9.921	7.581	-	7.581
Ativo não circulante			9.921			7.581
Total Ativo			31.411			26.003

*Informação a partir de 2022 por nova metodologia

Fornecimento de energia

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição de energia elétrica.

A composição das contas a receber de fornecimento de energia por classe de consumidor, está demonstrada como segue:



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

	2023		2022	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	5.098	(360)	4.391	(284)
Industrial	1.179	(53)	1.489	(151)
Comercial	2.283	(67)	2.062	(49)
Rural	1.984	(150)	1.844	(109)
Poderes públicos	353	(1)	321	(1)
Iluminação pública	327	-	274	-
Serviços públicos	271	-	249	-
Não faturado	3.441	-	2.886	-
Total	14.936	(631)	13.516	(594)

O *aging-list* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2023		2022	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	12.340	(521)	11.458	(504)
Saldos vencidos:				
90 dias	1.890	(80)	1.391	(61)
Entre 91 e 180 dias	113	(5)	56	(3)
Entre 181 e 360 dias	129	(5)	145	(6)
Acima de 361 dias	464	(20)	456	(20)
Total	14.936	(631)	13.516	(594)

Abaixo percebemos a perda de crédito esperada demonstrada no quadro:

Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

Itens:	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(394)	(394)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(132)	(28)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	132	28
Saldo final do exercício	(394)	(394)

Em 31 de dezembro de 2023, as Perdas de Crédito Esperada – PCE, totalizaram R\$ 132 (R\$ 28 em 31 de dezembro de 2022).



dcelt.com.br

R. Dr. José de Miranda Ramos, 51, Centro,
Xanxerê - SC, 89820-000.
49 3441.6300

Políticas contábeis e julgamentos críticos

Política contábil

As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

Estimativas e julgamentos críticos

A companhia mensura as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes de curto prazo por meio de utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A constituição da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos e compreende resumidamente em:

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

7. Serviços pedidos em curso

O saldo de R\$ 38 (R\$ 21 em 31/12/2022) refere-se aos valores de Ordens em Curso de Manutenção de Redes Elétrica e relocação do Centro de Operação e Distribuição.

8. Subvenção CDE

O saldo de R\$ 2.014 (R\$ 1.097 em 31 de dezembro de 2022) compreende aos Créditos CDE a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A ANEEL homologa o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, considerando o que determina a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

9. Outros créditos a receber

CIRCULANTE	2023	2022
Subvenção baixa renda	39	92
Despesas Pagas Antecipadamente	33	19
Desativações em Curso	74	137
Empréstimos	3	510
	149	758
NÃO CIRCULANTE		
Despesas Pagas Antecipadamente	9	-
	158	758

10. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	33	53	21	16
Imposto de Renda	123	-	134	-
Contribuição Social	19	-	54	-
PIS	1.798	-	133	-
COFINS	8.285	-	613	-
Outros	2	-	2	-
	10.260	53	957	16

- (a) Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado à razão de 1/48 (um quarenta e oito avos), de acordo com o Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

11. Imobilizado/Intangível

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxa média anual de Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Em serviço			
Intangíveis	0,00%	562	382
Terrenos	0,00%	3.697	3.697
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	872	726
Máquinas e Equipamentos	4,23%	135.748	120.581
Veículos	14,29%	3.527	1.650
Móveis e Utensílios	6,25%	445	362
		144.850	127.398
(-) Reintegração/Amortização Acumulada			
Intangíveis		(398)	(380)
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(569)	(549)
Máquinas e Equipamentos		(57.828)	(54.710)
Veículos		(986)	(734)
Móveis e Utensílios		(345)	(342)
		(60.125)	(56.715)
Total em serviço		84.725	70.683
Em curso			
Intangíveis		226	191
Edificações, obras civas e benfeitorias		-	112
Máquinas e Equipamentos		881	2.018
Veículos		180	-
A ratear		19	12
Material em depósito		2.493	5.426
Total em curso		3.799	7.759
Total Imobilizado		88.524	78.442
(-) Obrigações Especiais		(44.527)	(41.594)
Total Imobilizado deduzido Obrigações Especiais		43.997	36.848

(a) Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

(b) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

(c) Reavaliação Regulatória Compulsória

Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico- MCSE, a Companhia registrou em 2021, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis do subgrupo 1232 – Ativo Imobilizado e subgrupo 2223 - Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da conta contábil específica do subgrupo 2403 – Patrimônio Líquido.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

#	DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ mil
1	ODI 30414/22 – Redes	4.863
2	ODI 69466/22 – Redes	2.130
3	ODI 54722/23 – Veículos	1.045
4	ODI 48521//20 – Redes	786
5	ODI 15358/21 – Redes	645
6	ODI 73007/23 – Redes	554
7	ODI 27507/23 – Redes	516
8	ODI 44416/23 – Redes	485
9	ODI 34006/23 – Redes	480
10	ODI 49940/23 – Redes	480

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

#	DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ mil
1	ODD 27271/23 – Redes	35
2	ODD 99730/22 – Veículos	21
3	ODD 99731/22 – Veículos	19
4	ODD 52631/23 – Redes	18
5	ODD 48521/20 – Redes	15
6	ODD 99729/22 – Veículos	15
7	ODD 99727/22 – Veículos	14
8	ODD 99728/22 – Veículos	14
9	ODD 89766/22 – Redes	12
10	ODD 60196/23 – Redes	11

Imobilizado em curso

O saldo do imobilizado em curso está constituído da seguinte forma:

<u>ITEM</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Obras em andamento	1.306	2.333
Materiais em depósito	2.493	5.426
TOTAL	3.799	7.759

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

12. Partes relacionadas e as Garantias das partes relacionadas

As transações entre a Companhia e seus acionistas controladores referem-se exclusivamente a avais, em operações usuais de financiamentos com instituições financeiras.

A Companhia tem seus avalistas, os acionistas controladores e/ou seus diretores, em montante do passivo para os contratos de financiamento abaixo listados:

Instituição	Posição 31/12/2023	% do aval	Início	Término	Principais Avalistas
Banco do Brasil	26	100	dez/13	set/24	Netherinvest Participações Ltda
Debenture – B3	24.376	100	fev/23	Dez/40	Netherinvest Participações Ltda Leandro Parizotto Ricardo Parizotto
Total	24.402				

13. Fornecedores

	2023	2022
Circulante		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.621	2.594
Celesc Distribuição S/A (a)	4.717	4.600
Focus Energia Ltda	3.794	4.424
Materiais	228	112
Serviços	598	332
Materiais e Serviços de imobilizado	2.648	1.928
Mercado de Curto Prazo	292	488
Passivo Circulante	13.898	14.478
Não Circulante		
Celesc Distribuição S/A (b)	40.973	38.159
Passivo Não Circulante	40.973	38.159

(a) - O valor de R\$ 4.717 refere-se ao Contrato de Uso do Sistema de Distribuição com a Celesc S/A, competências novembro/2023 (parte) e mês de dezembro/2023.

(b) - O valor de R\$ 40.973 refere-se a despesa já reconhecida e contabilizada em seu período de competência, da Celesc S/A processo nº 080.08.00414-8/000, restando somente decisão final da mesma para finalização do pagamento da referida obrigação através de depósito judicial já efetuado.

14. Empréstimos e financiamentos

<u>OPERAÇÃO</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
DEBÊNTURE	24.376	-
CDC	927	-
CCB/GIRO	312	5.809
FINAME	26	151
TOTAL	25.641	5.960
Parcela de circulante	1.794	5.934
Parcela de não circulante	23.847	26

a) Composição e condições pactuadas

<u>Instituições financeiras / credores*</u>	<u>Captação</u>	<u>% - Juros</u>	<u>Índice correção</u>	<u>Saldo</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
DEBÊNTURE	23.658	10,00% aa	IPCA	24.376	1.487	22.889
CDC	1.373	1,09% am	Pré-fixado	927	208	719
CCB	519	1,21% am	Pré-fixado	312	73	239
FINAME	1.259	4,50% aa	Pré-fixado	26	26	-
TOTAL 2023	26.809			25.641	1.794	23.847
<u>Instituições financeiras / credores*</u>	<u>Captação</u>	<u>% - Juros</u>	<u>Índice correção</u>	<u>Saldo</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
CCB	3.156	0,36% am	CDI	2.764	2.764	-
CAPITAL GIRO	3.046	0,80% am		3.046	3.046	-
FINAME	1.259	4,50% aa	Pré-fixado	150	124	26
TOTAL 2022	7.461			5.960	5.934	26

*Valores em moeda Nacional

14.1 Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas (líquido dos custos a amortizar):

<u>Instituições financeiras / credores</u>	<u>DEBÊNTURE</u>	<u>CDC</u>	<u>CCB/GIRO</u>	<u>FINAME</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo inicial - 31/12/2021	-	-	166	278	444
Ingressos	-	-	10.848	-	10.848
Encargos	-	-	122	21	143
Baixas de principal	-	-	(5.205)	(127)	(5.332)
Baixas de juros	-	-	(122)	(21)	(143)
Saldo final - 31/12/2022	-	-	5.809	151	5.960
Ingressos	23.658	1.004	257	-	24.919
Encargos	3.101	37	23	7	3.168
Baixas de principal	(236)	(84)	(5.753)	(125)	(6.198)
Baixas de juros	(2.147)	(31)	(23)	(7)	(2.208)
Saldo final 31/12/2023	24.376	926	313	26	25.641

14.2 Composição da parcela do não circulante

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas de longo prazo correspondem ao saldo de R\$ 23.847, composto pelos seguintes valores: Debênture R\$ 22.889, CDC R\$ 719 e CCB/GIRO R\$ 239, e que terão os seguintes vencimentos estimados (em R\$ mil):

<u>Ano</u>	<u>DEBÊNTURE *</u>			<u>CDC</u>	<u>CCB/GIRO</u>	<u>TOTAL</u>
	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>PMT</u>			
2025	591	2.229	2.820	159	57	3.036
2026	946	2.136	3.082	160	56	3.298
2027	1.065	2.041	3.106	160	56	3.322
2028	1.183	1.938	3.121	160	56	3.337
2029	1.301	1.818	3.119	80	14	3.213
2030 A 2040	17.803	9.121	26.924	-	-	26.924
TOTAL	22.889	19.283	42.172	719	239	43.130

* Contrato com correção de IPCA a incluir

14.3 Garantias

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem como garantia os próprios bens, cessão fiduciária de recebíveis e aval dos sócios quotistas controladores.

A Emissão das Debêntures e a Oferta Restrita foram realizadas com base nas deliberações tomadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 09 de dezembro de 2022, cuja foi devidamente registrada na JUCESC em 15 de dezembro de 2022, sob o nº 20222141948.

A Cessão Fiduciária é outorgada pela DCELT com base nas deliberações tomadas na AGE e em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de dezembro de 2022 (“RCA”) a qual foi devidamente arquivada na JUCESC em 13 de dezembro de 2022, sob o nº 20222141948, na qual foram deliberados e aprovados os termos e condições da Cessão Fiduciária.

A Fiança e a Alienação Fiduciária foram outorgadas pela sócia Netherinvest Participações Ltda com base nas deliberações tomadas na AGE e em Reunião de Sócios da Netherinvest realizada em 09 de dezembro de 2022 (“RS”), realizada em 05 de dezembro de 2022 e arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em 13 de dezembro de 2022, sob o nº 2.664.807/22-5, na qual foram deliberados e aprovados os termos e condições da Fiança e da Alienação Fiduciária.

14.4 Debentures Características da Oferta Restrita

Em 21 de dezembro de 2022 a DCELT emitiu Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de DEBÊNTURES simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, que foi efetivada em fevereiro de 2023 após posicionamento da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica e o 1ª (primeiro) aditamento com as seguintes características:

- (a) **Emissora:** DCELT – DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.;
- (b) **Valor Total da Emissão:** R\$ 23.658.000,00 (vinte e três milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil reais);
- (c) **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado anualmente, pela variação acumulada do Índice de Preço ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data de seu efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures;
- (d) **Remuneração:** As Debêntures farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado de remuneração de 10% (dez por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento

(exclusive);

(e) Pagamento da Remuneração das Debêntures: A Remuneração das Debêntures será paga pela Emissora em 36 (trinta e seis) parcelas semestrais, no dia 28 dos meses de junho e dezembro, a partir de 28 de junho de 2023 (inclusive), sendo o último pagamento na Data de Vencimento, conforme datas previstas no Anexo I da Escritura de Emissão;

(f) Amortização das Debêntures: O Valor Nominal Unitário Atualizado será pago pela Emissora em 35 (trinta e cinco) parcelas semestrais, sempre no dia 28 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 28 de dezembro de 2023, sendo o último pagamento na Data de Vencimento, conforme datas previstas no Anexo I da Escritura de Emissão;

(g) Data de Vencimento: 28 de dezembro de 2040 (“Data de Vencimento”); e

(h) Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, acrescido da Remuneração devida, que continuará a incidir sobre o valor original do débito em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

(i) Agente Fiduciário: VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA. O agente fiduciário emite relatório anual sobre a oferta (Debenture) e o disponibiliza, no prazo regulatório, no endereço eletrônico: www.vortx.com.br para consulta pública, e está acompanhado de todos os documentos, informações e relatórios pertinentes a oferta.

(j) Covenants: Ocorrendo não cumprimento dos covenants poderá ocorrer vencimento antecipado.

14.5 Covenants

A DCELT realizou a entrega dos documentos comprovando o cumprimento dos covenants ao agente fiduciário das debêntures, nas datas e com os detalhes a seguir:

- a) 30 de maio de 2023: Entrega das Demonstrações Financeiras auditadas do ano de 2022.
- b) 30 de maio de 2023: Entrega dos cálculos dos indicadores financeiros relativos ao fechamento do ano de 2022.
- c) 31 de maio de 2023: Entrega do relatório de PDD (Provisão para Descontinuidade de Desenvolvimento) – Investimentos em Obra referente aos anos de 2021 e 2022.

- d) 31 de maio de 2023: Entrega do relatório de Notas Fiscais de compras para Investimentos em Obra referente aos anos de 2021 e 2022.

Obrigações de Covenants para o fechamento do ano de 2023:

Os documentos de cumprimento dos covenants devem ser entregues até o dia 31 de maio de 2024:

- Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao ano de 2023.
- Cálculos dos indicadores financeiros do fechamento do ano de 2023.
- Relatório de PDD – Investimentos em Obra referente ao ano de 2023.
- Relatório de Notas Fiscais de compras para Investimentos em Obra referente ao ano de 2023.

15. Impostos e contribuições a recolher circulante e não-circulante

	2023	2022
Circulante		
ICMS	2.680	7.006
FGTS	1.095	338
Programa de Integração Social – PIS	55	11
Contribuição Financiamento da Seguridade Social – COFINS	255	53
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF 3ºs	24	41
Imposto Sobre Serviço – ISS	9	13
Taxas	-	21
	4.118	7.483

16. Encargos do consumidor a recolher

	2023	2022
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	443	1.120
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	40	44
Ministério de Minas e Energia – MME	20	22
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	1.347	1.574
Programa de Eficiência Energética – PEE (a)	4.132	3.494
Programa de Eficiência Energética – PROCEL	223	99
	6.205	6.353

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética e pela Medida Provisória 998 de 1º de setembro de 2020. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em

conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, salvo determinação ou constatação em contrário desta, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em Curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE. Destacamos que o saldo dos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento apresentados pela regulação da Medida Provisória 998 de 1º de setembro de 2020 apresentou divergência com os zaldos da Companhia, e, por obrigação de cumprimento de valores com o agente regulador, o valor apurado da diferença está alocado em conta separada para as devidas baixas, assim, ajustadas com o saldo enviado pela Aneel em agosto de 2020.

17. Obrigações estimadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Folha de pagamento	825	636
Férias e encargos sobre férias	-	484
Provisão de férias	1.426	1.118
Participações nos lucros – empregados	21	18
Outros encargos sociais	578	529
	<u>2.850</u>	<u>2.785</u>

18. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

- a) A composição da provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

Processos judiciais	31/12/2023			31/12/2022		
	<u>Passivo</u> Valor da provisão	<u>Ativo</u> Depósitos Judiciais	<u>Provisão</u> líquida	<u>Passivo</u> Valor da provisão	<u>Ativo</u> Depósitos judiciais	<u>Provisão</u> líquida
Celesc	-	40.973	-	-	38.159	-
Cemid	2.176	-	2.176	2.176	-	2.176
Cíveis	582	13	569	1.402	5	1.397
Trabalhistas	25	-	25	-	-	-
Não circulante	2.783	40.986	2.770	3.578	38.164	3.573

b) A movimentação dos processos cíveis, trabalhistas:

<u>ITENS</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>
Saldo inicial 31/12/2021	1.988	-
Adição	255	-
Reversão	(841)	-
Saldo final 31/12/2022	1.402	-
Adição	661	25
Reversão	(1.481)	-
Saldo final 31/12/2023	582	25

Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Cemid - Refere-se ao Processo Judicial nº 98.60.000872-8, que tramita perante a Vara da Justiça Federal em Chapecó, SC, no qual se discute o valor das redes de distribuição de energia elétrica da Cooperativa Mista de Desenvolvimento Regional, Ltda. - CEMID, encampada através da Resolução ANEEL nº 155, de 12.05.98. O referido processo encontra-se no Tribunal Regional da 4ª Região aguardando julgamento.

19. Outras contas a pagar

	2023		2022	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Contribuição de Iluminação Pública	374	-	339	-
Ajustes de faturamento	206	-	447	-
Suprimento – Micro geração	-	9.921	-	7.581
Aluguéis	45	-	50	-
Contribuições financeiras	14	-	14	-
Retenção de quotas da RGR	5	15	5	21
Indenizações Trabalhistas	7	-	4	-
Taxa de Fiscalização	11	-	10	-
Outros	130	-	605	-
	792	9.936	1.474	7.602

Contribuições financeiras - cobradas nas contas de energia elétrica, que de acordo com os contratos firmados serão repassados a diversas entidades.

Ajustes de faturamento - é composto de pagamentos efetuados em duplicidade, compensação de DIC/FIC, DIC/FIC/DMIC, etc., os quais são repassados aos consumidores através do faturamento.

Outros – O valor de R\$ 130 (R\$ 605 em 2022) refere-se a despesa reconhecida e contabilizada em seu período de competência, referente a diferenças de tarifa de suprimento de processos já finalizados.

20. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/22	Adições (A)	Transferências (D)	Valor Bruto em 31/12/23	Adições Brutas (A+D)	Adições Líquidas (A+B+C)
AIS Bruto = 2223.X.01/4	(57.614)	(4.304)	-	(61.919)	(4.304)	(4.304)
Part. da União, Est.e Munic.	(3.471)	-	-	(3.471)	-	-
Particip. Financ. do Cons.	(20.051)	(1.616)	-	(21.667)	(1.616)	(1.616)
Doações Subv.Dest. Invest.	(22.454)	(2.688)	-	(25.142)	(2.688)	(2.688)
Pesquisa e Desenvolvimento	(2.683)	-	-	(2.683)	-	-
Outros	(8.955)	-	-	(8.955)	-	-
Ultrap.Dem. e Exced.Reat.	(8.190)	-	-	(8.190)	-	-
Outros	(765)	-	-	(765)	-	-
AIC = 2223.03/6	(1.774)	(9.029)	8.188	(2.614)	(841)	(9.029)
Particip. Financ. do Cons.	(358)	(3.332)	3.454	(236)	121	(3.332)
Outros	(1.416)	(5.697)	4.735	(2.378)	(962)	(5.697)
Ultrap.Dem. e Exced.Reat.	(1.119)	(1.291)	363	(2.046)	(927)	(1.291)
Outros	(297)	(4.406)	4.371	(332)	(35)	(4.406)
Amortiz.Acum.= 2223.X.02/5	17.795	2.244	-	20.248	2.454	2.454
Part. da União, Est.e Munic.	1.991	143	-	2.133	143	143
Particip. Financ. do Cons.	6.641	857	-	7.498	857	857
Doações Subv.Dest. Invest.	6.206	976	-	7.182	976	976
Pesquisa e Desenvolvimento	795	110	-	905	110	110
Outros	2.162	368	-	2.530	368	368



DCELT
ENERGIA

Distribuidora
Catarinense de
Energia Elétrica

Ultrap.Dem. e Exced.Reat.	1.704	337	-	2.040	337	337
Outros	458	31	-	490	31	31

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício) foram:

Nº	DESCRIÇÃO DO BEM	Em R\$ mil
1	ODI 48329/22 – Redes	1.211
2	ODI 73587/22 – Redes	862
3	ODI 91943/21 – Redes	801
4	ODI 50416/22 – Redes	526
5	ODI 69466/22 – Redes	492
6	ODI 89754/22 – Reguladores	487
7	ODI 70874/22 – Redes	252
8	ODI 94492/21 – Redes	205
9	ODI 89760/21 – Redes	194
10	ODI 92200/21 – Redes	187

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 6.388 (R\$ 6.388 em 31 de dezembro de 2022), representado por 25.966 Ações, cuja composição por acionista é a seguinte:

Acionista	Ações	%
Netherinvest Participações Ltda.	23.752	91,47%
Outros	2.214	8,53%
	25.966	100,00%

b) Reserva de Lucros

A reserva de Lucros poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

A DCELT possui um percentual de 27% de reserva legal, já cumprindo a obrigação de 20% do capital social para empresas de Sociedade Anônima.

22. Receita operacional

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecimento de energia	135.495	136.923
Outras receitas (a)	34.213	27.210
	169.708	164.133
Tributos sobre a receita operacional bruta		
Imposto s/circ.de mercad. e serviços-ICMS	(24.903)	(25.605)
Programa de integração social – PIS	(2.309)	(2.274)



dcelt.com.br

R. Dr. José de Miranda Ramos, 51, Centro,
Xanxerê - SC, 89820-000.
49 3441.6300

Contribuição p/financ. da seguridade social – COFINS	(10.634)	(10.475)
Imposto sobre serviços – ISS	(12)	(11)
<u>Encargos regulamentares da concessão</u>		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(247)	(240)
Programa de eficiência energética -PEE	(618)	(601)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(6.612)	(11.890)
Taxa Fiscalização Serviços de Energia Elétrica–TFSEE	(125)	(116)
Fundo nac. desenvolvimento Científico e tecnol.–FNDCT	(307)	(240)
Ministério de Minas e Energia – MME	(154)	(120)
Bandeiras Tarifárias	-	(8.752)
Demais Ativos e Passivos Financeiros-Neutralidade	2.344	18.594
	(43.577)	(41.730)
Receita operacional líquida	126.131	122.403

(a) Os saldos de Outras Receitas são compostos por:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviço Taxado	358	392
Serviços de administração, faturamento e arrecadação de convênios e serviços solicitados pelo consumidor	5	3
EUSD - Consumidores Livres	30.564	23.158
Aluguel de postes	2.666	2.256
Subvenções vinculadas ao serviço concedido-Baixa renda	620	1.401
	34.213	27.210

No Exercício de 2023 e 2022, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores segue no quadro abaixo. Importante destacar que o número de consumidores se refere a todos os consumidores movimentados ao longo do ano de 2023 para a energia consumida total faturada.

ITENS	N° consumidores		MWh		R\$ mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Residencial	29.494	28.848	74.802	71.918	51.356	48.939
Industrial	1.468	1.401	22.740	28.707	15.123	20.868
Comercial	4.547	4.460	43.885	43.105	30.995	31.527
Rural	4.692	4.679	40.411	39.447	26.958	25.575
Poder Público	421	402	5.383	5.106	3.739	3.748
Iluminação Pública	7	7	10.668	9.698	4.256	4.196
Serviço Público	56	53	5.063	4.794	3.072	3.112

Fornec. Não Faturado	-	-	-	-	923	(219)
FORNECTO DE ENERGIA	40.685	39.850	202.952	202.775	135.495	137.746
TUSD-Consumidores Livres	-	-	-	-	30.564	23.158
Outras Receitas	-	-	-	-	3.649	3.229
DEMAIS RECEITAS	-	-	-	-	34.213	26.387
TOTAL	40.685	39.850	202.952	202.775	170.635	164.133

*Informações não auditadas

23. Custos do serviço e despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda (e)	53.315	47.765
Encargo de uso do sist. de transm. e distribuição	40.941	40.548
Pessoal (a)	14.703	13.320
Material (b)	1.755	1.741
Serviços de terceiros (c)	3.806	3.383
Depreciação e amortização	1.761	1.515
Arrendamentos e aluguéis (d)	875	736
Outros (f)	1.809	3.402
	118.965	112.410
a) Pessoal		
Remunerações	12.218	11.147
Encargos sociais	3.111	3.282
Auxílio alimentação	687	595
Convênio assistencial e outros benefícios	536	540
(-) Transferências p/imobilização em curso	(1.849)	(2.244)
	14.703	13.320
b) Material		
Manutenção do Sist. Elétrico e Equipamentos	1.240	1.175
Reparos, limpeza, uniformes e ferramentas	136	105
Peças, Acessórios e Combustível p/ Veículos	547	631
Material de Expediente	89	127
(-) Transferências p/Contas Patrimoniais	(257)	(297)
	1.755	1.741
c) Serviços de terceiros		

Consultoria e auditoria	830	653
Manutenção sistema elétrico e equipamentos	344	320
Limpeza, conserv.de prédios e segurança	58	56
Conserto e conservação de veículos	102	128
Processamento de dados	978	840
Comunic., correios, reprografia e publicidade	9	14
Frete, passagens, hospedagem e alimentação	27	43
Progr.de controle médico da saúde ocupacional	50	61
Formação profissional de empregados	68	18
Honorários advocatícios	1.396	1.308
Negativação SPC/SERASA	1	3
(-) Transferências p/contas patrimoniais	(57)	(61)
	3.806	3.383

d) Arrendamentos e aluguéis

Valor de R\$ 686 em 2023 (R\$ 603 em 2022) compreende o contrato de locação com a empresa Dimetal Distribuidora de Produtos Metalúrgicos Ltda., imóveis urbanos situados na cidade de Xanxerê - SC, com prazo de 60 meses a partir de 04/11/2020, reajustados pelo IGPM, com anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 876 de 26/03/2013.

Valor de R\$ 189 em 2023 compreende o contrato de aluguel e gestão de frotas. A vigência se dará por cada locação de veículo, individualmente, que será por 2 anos cada locação, podendo ter sua vigência prorrogada por meio de Termo Aditivo Contratual.

Os valores contratados serão corrigidos monetariamente, individualmente para cada carro efetivo, a cada 12 meses, contados do início de sua cobrança, considerando a variação positiva do IPCA-IBGE.

e) Energia elétrica comprada para revenda

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, está sendo somado junto com a energia elétrica comprada para revenda, de acordo com o que determina o Ofício Circular Nº 2.775/2008-SFF/ANEEL de 24/12/2008.

	MWh		Uso do sistema de distribuição MWh			
	(valores não auditados*)		CUSD – 2023			
	31/12/2023	31/12/2022	CUSD – 2023		CUSD – 2022	
			Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta
Celesc Dist. S/A	-	-	586.674	624.982	576.184	601.501
FOCUS ENERGIA (bilateral)	127.551	124.420	-	-	-	-
ITAIPIÚ	39.484	42.830	-	-	-	-
PROINFA	4.263	4.408	-	-	-	-

Outras Fontes de Energia	52.679	64.155	-	-	-	-
Total	223.977	235.813	586.674	624.982	576.184	601.501

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

f) Outras despesas

	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
Seguros	17	9
Tributos e contribuições Municipais, Estaduais e Federais e taxas diversas	104	91
Doações, contribuições e subvenções	28	26
Provisão estimada p/créd.de liquidação duvidosa	43	98
Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia (a)	(81)	(293)
Provisão para causas cíveis	(754)	(610)
Consumo próprio de energia elétrica	52	58
Assinaturas de livros, revistas e informativos fiscais	2	2
Pesquisa da satisfação do consumidor	-	-
Danos elétricos pagos aos consumidores	479	989
Indenizações Trabalhistas	-	9
Conselho de Consumidores	20	16
Desativação de redes	1.048	2.046
Comunicação	178	131
Reprografias	18	19
Propaganda e Publicidade	255	401
Taxa de Arrecadação	319	333
Taxas Bancárias	81	42
Outras despesas	42	35
	1.809	3.402

(a) Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia, que não constitui uma Unidade de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Portaria DNAEE n.º 815 de 30 de novembro de 1994.

24. Resultado financeiro

Receita Financeira

Variação monetária - Ativo financeiro setorial

31/12/2023

31/12/2022

134

956

Varição monetária	100	290
Renda de aplicações financeiras	1.089	
Outras receitas financeiras	809	878
	2.132	2.124
Despesa Financeira	31/12/2023	31/12/2022
Varição monetária - Passivo financeiro setorial	(149)	(13)
Varição monetária	(1.830)	(115)
Multas e juros moratórios	(149)	(2.615)
Encargos setoriais	(15)	(518)
Juros sobre debêntures	(2.038)	-
Varição monetária sobre debêntures	(1.038)	-
Outras despesas financeiras	(213)	(624)
	(5.432)	(3.885)
Resultado financeiro	(3.300)	(1.761)

25. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

a) Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
CSLL Diferido	544	617	1.045	884
IRPJ Diferido	1.224	1.425	2.902	2.455
	1.768	2.042	3.947	3.339

Foram excluídos na apuração das bases de cálculo dos tributos diferidos na contabilidade regulatória, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

Os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

A Companhia submeteu para aprovação o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários. As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

IMPOSTOS CORRENTES	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	3.865	3.865	8.232	8.232
Adições/Exclusões:	(3.006)	(3.006)	(8.135)	(8.135)
_ Provisão para contingências	(795)	(795)	(610)	(610)
_ Provisão est. p/créd. de liquidação duvidosa	41	41	97	97
_ Outras Exclusões	(2.252)	(2.252)	(7.623)	(7.623)
Base de Cálculo	859	859	97	97
Alíquota Fisc. de 15% p/IRPJ e 9% p/CSLL	129	77	14	9
Adicional de 10% s/o que ultrapassar 240.000,00	62	-	-	-
Impostos Correntes Devidos	191	77	14	9
Total provisão corrente registrada	268		23	
IMPOSTOS DIFERIDOS	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Ativo Fiscal Diferido	236	236	(78)	(78)
Passivo Fiscal Diferido	(8.161)	(8.161)	(5.621)	(5.621)
Prejuízo Fiscal (Parte B do Lalur)	1.212	-	1.581	-
Base negativa da CSLL	-	2.362	-	2.730
	(6.712)	(5.563)	(4.119)	(2.969)
Impostos Diferidos Devidos	(1.678)	(501)	(1.029)	(267)
Impostos Dif. no Exercício Anterior	1.030	267	(1.555)	(663)
Provisão Diferida Registrada	(649)	(233)	(2.585)	(930)
Total provisão diferida registrada	(882)		(3.515)	

A forma de apuração de cálculo dos tributos dos anos de 2023 e 2022 foi pelo lucro real estimativa.

26. Instrumentos financeiros

Considerações gerais

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, consumidores e clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio. O critério de avaliação é pelo valor justo e por meio do resultado:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.233	6.233	611	611
Aplicações financeiras	6.060	6.060	315	315
Consumidores e clientes	31.411	31.411	26.003	26.003
Depósitos judiciais	40.986	40.986	38.164	38.164
	84.690	84.690	65.093	65.093
Passivos financeiros				
Fornecedores	54.871	54.871	52.637	52.637
Empréstimos e financiamentos	25.641	25.641	5.961	5.961
	80.512	80.512	58.598	58.598

a. Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

b. Valor justo dos ativos financeiros

Os saldos contábeis compreendem aos valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e não saldos que apresentem diferenças entre o valor contábil e de mercado dos ativos e passivos:

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado.
- **Consumidores e clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Derivativos** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

d. Fatores de risco

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas

por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 13. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.
- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado serão renegociados.
- **Risco Cambial** – Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente não há exposição ao câmbio em sua dívida.
- **Risco de vencimento antecipado** - A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que requerem o cumprimento de *covenants* ativos em 31 de dezembro de 2023.
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia.
- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, mas não comprometeria o resultado da Companhia na mesma proporção. Com o advento do GD (geração distribuída) a cada ano o risco de escassez torna-se mais irrelevante e menos propenso a acontecer.

e. **Gestão do capital**

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

27. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

<u>Energia Contratada</u>	<u>Vigência</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>Após 2027</u>
Focus Energia, ITAIPU, PROINFA, Angra e Outras Cotas	2011/2035	232.179	232.179	232.179	232.179	1.760.694

Abaixo consta a energia total adquirida em 2023:

Energia Total Adquirida em 2023	260.666
Liquidação na CCEE	(28.487)
Energia Líquida Adquirida em 2023	232.179

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCVEE, e foram homologados pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

28. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada	Prêmio Total R\$ mil
Veículos (a)	20/08/2024	100% Fipe	29

(a) 21 veículos próprios segurados, conforme apólices.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

29. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica. A Companhia adota o regime de competência para a contabilização dos lançamentos na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais 25 e 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003, respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 15 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Companhia, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de

Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

Os Ativos e Passivos Regulatórios estão com seus saldos em 31/12/2023 apresentados abertos em Ativo e Passivo para 2022 e 2023 e no balanço para 2023 está de acordo com o item 6.3.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico demonstrado com valores líquidos, conforme a tabela a seguir:

Saldos Positivos

	2023		2022	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Reajuste tarifário de 2023 em compensação				
Conta de Desenvolvimento Energético – CVA CDE	-	-	3.011	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE – COVID	-	-	182	-
Progr.incen. a fontes alternat. de energia-CVA Proinfra	-	-	668	-
Transporte de energia elétrica-Itaipu Binacional	149	-	139	-
Encargo de Serviços do Sistema – CVA ESS	-	-	2.956	-
Transporte de energia pela rede básica	4	-	41	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	669	-
Neutralidade Crédito PIS/Cofins	-	-	26	-
Neutralidade Encargo CDE Covid TUSD/TE	-	-	9	-
Ajuste do CUSD	-	-	30	-
Ajuste do Subsídio CDE	719	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	2.549	-	-	-
	3.421	-	7.731	-
Variação capturada para reajuste tarifário em 2024				
Conta de Desenvolvimento Energético – CVA CDE	-	-	1.461	85
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	113	10	133	7
Transporte de energia pela rede básica	8	1	23	1

Sobrecontratação de energia	6.086	90	5.002	78
Risco Hidrológico	121	-	1.733	-
Encargo de Uso do Sistema – ESS	76	32	-	-
Ajuste de Subsídio CDE	1.008	15	474	3
Diferimento PIS/COFINS na Tarifa	-	-	15.276	564
Outros Ativos Financeiros	2.627	-	2.627	-
	10.039	148	26.801	742
TOTAL	13.460	148	34.532	742
Saldos Negativos				
Reajuste tarifário de 2023 em compensação				
Conta de desenvolvimento energético – CDE	645	-	-	-
Custos de energia elétrica comprada p/revenda – CVA	1.843	-	2.216	-
Progr.incen. a fontes alternat. de energia-CVA Proinfa	357	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	2.837	-	-	-
Encargo de Uso do Sistema – ESS	35	-	-	-
Neutralidade da Parcela B – COVID	-	-	2	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	1.096	-
Custo Distribuição – Conta Covid TUSD/TE	1	-	19	-
Arrecadação Encargo CDE Covid Migrantes	68	-	38	-
Bônus Itaipú	-	-	1.403	-
Conta Escassez Hídrica	-	-	276	-
Ajuste de CUSD	106	-	-	-
CDE Eletrobrás	34	-	-	-
Dif. Neutralidade Transp. Itaipú 2022	123	-	-	-
Risco Hidrológico	1.986	-	3.949	-
Bônus Redução Voluntária	-	-	593	-
	8.035	-	9.592	-
Varição capturada para reajuste tarifário em 2024				
Conta de Desenvolvimento Energético- CVA CDE	145	6	-	-
Custos energia elétrica compr. p/revenda-CVA energ.	219	30	770	26
Encargo de Uso do Sistema – ESS	-	-	1.121	42
Neutralidade da Parcela A	1.743	39	3.060	53
Ajuste do CUSD	261	6	-	-
Risco Hidrológico	2.572	-	-	-
Diferimento PIS/COFINS na Tarifa	8.170	1.239	14.593	553
	13.110	1.320	19.544	674
TOTAL	21.145	1.320	29.136	674
Valores Líquidos de acordo com Plano de contas	7.685	1.172		
Ativos e Passivos Financeiro Setoriais Líquidos	8.857			

30. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

30.1 Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios referente ao cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

30.2 Imobilizado / Intangível / Obrigações Vinculadas à Concessão

Os ajustes são decorrentes das diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais foi bifurcado em ativo intangível e financeiro.

30.2.1 Reavaliação compulsória

O ativo imobilizado está registrado com base na reavaliação regulatória compulsória, conforme definido nos artigos 3º e 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015, apurada pelo Valor Novo de Reposição (VNR) na data base julho de 2021, em contrapartida à rubrica de reserva de avaliação patrimonial.

As aquisições posteriores a data base da reavaliação, estão registradas ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor de recuperação. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

30.2.2. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 674/2015 e as taxas anuais

estão determinadas na tabela anexa a Resolução que compõe o MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 674, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

30.3 Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes de receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica e (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

30.4 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01) (resultado)

Os ajustes são decorrentes da capitalização de gastos como ativos com aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente.

30.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes do registro de tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias entre as contabilizações societárias e regulatórias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

30.6 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Societário	19.663	19.373
Efeito ajustes entre contab. Societária X Regulatória		
Reservas de Lucros	(1.286)	(1.286)
Reavaliação regulatória compulsória	9.104	9.104
Lucro (Prejuízo) acumulado regulatório	(2.800)	(5.226)
Regulatório	24.680	21.965

Reavaliação regulatória compulsória – montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior à data de entrada em vigor desta

Resolução e dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas do Ativo Imobilizado e Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, em contrapartida da conta do Patrimônio Líquido - Reserva de Reavaliação.

Prejuízo acumulado – efeito dos encerramentos dos exercícios, onde a destinação de lucro na contabilidade societária supera a contabilidade regulatória e efeitos da parcela da reavaliação regulatória compulsória contabilizada diretamente em lucros acumulados.

DIRETORIA EXECUTIVA

Leandro Parizotto
Diretor Presidente

Antonio Claudio Baldissera
Diretor

Ana Paula Torres
Diretora

Wagner Luiz Teles
Contador
CPF 607.476.769-68
CRC 1SC16365

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, decorrentes dos trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, sujeita-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Atenciosamente,

Leandro Parizotto
Diretor Presidente
CPF: 796.623.159-34

Antonio Claudio Baldissera
Diretor
CPF: 219.767.759-49

Ana Paula Torres
Diretora
CPF: 248.659.378-03

Wagner Luiz Teles
Contador
CPF 607.476.769-68
CRC 1SC16365

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

....

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda
Xanxerê - SC

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. (DCELT ou Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DCELT Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a DCELT a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A DCELT preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 22 de março de 2024.

São Paulo, 22 de março de 2024.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP